

Memórias dos trilhos e minhas memórias: uma história sobre Ourinhos

Memories of the tracks and my memories: a history of Ourinhos

FABIANA LOPES DA CUNHA^A

^a Professora doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado pelo King's College London, doutora e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

Nossa proposta visa discutir a relevância da cultura do café e da construção das redes ferroviárias para o desenvolvimento do oeste paulista, mais particularmente do município de Ourinhos. O intuito de nosso trabalho é compreender como se deu a ocupação da terra na região de Ourinhos, sua vinculação com as frentes pioneira e de expansão e com a expulsão de tribos indígenas e como tal processo, por ser muito recente, deu à cidade e a seus habitantes uma feição e anseios, respectivamente, de “modernidade”. Ao mesmo tempo, tais aspectos parecem ter estimulado entre os habitantes um sentimento de negação do passado e de suas origens, que hoje é evidenciado pelo descaso com a preservação do patrimônio cultural material e imaterial do município, constatado por meio de nosso trabalho no Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos e no Centro de Documentação e Memória da Unesp.

Palavras-chave: memória, história, ferrovia, café, Ourinhos.

Our proposal discusses the importance of the coffee culture and the construction of railroad networks for the development of the oeste paulista region, and particularly for the municipality of Ourinhos. Our goal is to understand how the land occupation in Ourinhos happened, its connection with the pioneer and expansion fronts and with the expulsion of indigenous tribes, and how such fairly recent process gave the city and its inhabitants, a feature and longing for “modernity.” At the same time, such aspects seem to have imbued the inhabitants with feelings of denial – of the city’s past and their origins – which translates today into the neglect shown in preserving the city’s material and immaterial cultural heritage, which we verified through our work with the Historical and Pedagogical Museum of Ourinhos and the Center of Documentation and Memory of UNESP.

Keywords: memory, history, railroad, coffee, Ourinhos.

Então a onça pintada da floresta bruta que contorna o trecho Jataí-Londrina, ao ver-se-lhe roubar o domínio da majestosa mata virgem, ouvindo o silvo das locomotivas fugirá espantada, dizendo de si para consigo:

— Que será isso?! [...]

E o monstro de ferro, impetuoso, fumegante, responderá:

— Progresso, progresso, progresso...

— Deixe eu passá, deixe eu passá, deixe eu passá [...].

(PERTH, 1934)

O teor dessa reportagem e sua exaltação ao progresso, ao dinamismo e ao crescimento do município de Ourinhos e região, característica supostamente empreendida de sua população, típica de um bandeirante, são comuns no decorrer das décadas de 1920 a 1940 e podem ser encontrados em diversos números de seu periódico local intitulado *A Voz do Povo*.

A escrita da história de Ourinhos e, conseqüentemente, do oeste paulista e de suas fronteiras, é recheada de palavras que se remetem à dicotomia entre atraso e crescimento, moderno/pioneiro e sertão, desbravador/bandeirante versus bárbaro/selvagem/indígena. Para que possamos compreender essas expressões é também necessário que busquemos entender o papel fundamental que a fronteira desempenhou na economia, política e sociedade de Ourinhos, bem como no estado de São Paulo como um todo. Essa é também a história da cultura do café nesse estado, que ao ser estimulada pelo capitalismo favorecido pela Revolução Industrial para adentrar e desbravar fronteiras vai pressionar o ritmo da produção, denotando a clara necessidade de reduzir o tempo e os custos do transporte dessa mercadoria. É também, portanto, a história da expansão dos trilhos e das locomotivas, recortando e modificando a paisagem e trazendo consigo inovações e conflitos pelo interior de nosso país. Como bem afirma Ana Luiza Martins, esse cenário vai pressionar o ritmo dos trens, da produção do café, dos mercados e dos banqueiros. Todos “tinham pressa” (MARTINS, 2008, p. 161), ou quase todos, já que nesse contexto e espaço coexistem tempos distintos.

Segundo Martins, no que tange a aspectos sociológicos, a definição mais relevante de fronteira é a de conflito social. “Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 1996, p. 27). Num primeiro olhar, parece ser o local de encontro dos que são distintos entre si: índios de um lado e civilizados de outro, ou grandes proprietários de terra de um lado e camponeses pobres de outro. Para o autor, a frente de expansão é compreendida como o momento em que os

posseiros ainda se dedicam à sua própria subsistência e secundariamente à troca. Dessa forma,

[...] as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na Frente de Expansão, a terra necessária à preservação desta frente. (MARTINS, 1996, p. 768)

Segundo Lima (1978) e Pinheiro (1992), tais conflitos tornaram-se tão agudos que foram organizadas expedições com o intuito de exterminar as diversas tribos indígenas que habitavam a região.

O conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente, “a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1996, p. 27). Esse desencontro e conflito são decorrentes não apenas das diferentes visões de mundo dos grupamentos humanos, mas também do fato de que cada um deles está em um tempo distinto da história. Dessa forma, para Martins (1996, p. 27), o “desencontro na fronteira é o desencontro das temporalidades históricas” e, por conta disso, a fronteira somente deixa de existir quando o

conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 1996, p. 27, grifo do autor)

Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, ainda segundo o autor, se deparam com duas concepções de referência: a dos geógrafos, que desde os anos 1940 importaram e nomearam essa região como zona ou frente pioneira, e a dos antropólogos, que, principalmente a partir dos anos 1950, definiram esses deslocamentos de população e atividades econômicas reguladas pelo mercado como *frentes de expansão*. Darcy Ribeiro (1977, p. 25 apud MARTINS, 1996, p. 27) sugere que elas constituem “fronteiras da civilização”.

Para Love, há ao menos duas fronteiras: a demográfica e a “pioneira”. Segundo o autor, a primeira diz respeito aos desbravadores, à expulsão e à destruição dos indígenas, bem como à posse da terra sem o título legal, por se tratar de um lugar e de um tempo em que a “lei” geralmente dependia da “vontade e

beneplácito de algum poderoso, proprietário *de facto* da terra” (LOVE, 1982, p. 20). Por sua vez, a fronteira pioneira, adiantando as ferrovias em expansão durante o fim do século XIX e início do século XX, teria sido definida pelas necessidades da produção do café e relacionada a determinadas condições climáticas e de solo e à necessidade constante de novas áreas de plantio, devido ao esgotamento do solo que esse tipo de cultura provoca após algumas décadas (HOLLOWAY, 1984; LOVE, 1982).

A posse legal da terra predominou na fronteira pioneira, onde, ainda segundo Love, a “concepção capitalista dos direitos de propriedade acompanhou a integração econômica da área no sistema econômico internacional” (LOVE, 1982, p. 20). Isso fez com que a fronteira caminhasse dentro do estado de São Paulo em direção ao oeste, onde famílias de fazendeiros passaram a adquirir terras virgens, em geral muito distantes de suas propriedades originais, com o intuito de utilizá-las posteriormente como uma garantia da continuidade de sua produção. Assim, a ocupação das terras no Oeste Paulista passa a se vincular com a história de alguns “desbravadores” mineiros, com o cultivo do café e com a expansão da ferrovia.

Se as discussões para a implementação da ferrovia no Brasil tinham se iniciado na década de 1830, será apenas em 1856 que a São Paulo Railway Company vai obter a “concessão para a construção e exploração da ferrovia por 90 anos” (LOVE, 1982, p. 162). Ocorre também na década de 1850 a promulgação da Lei de Terras, que tenta solucionar o problema da ocupação da terra em nosso país. Não é coincidência que em 1845 é aprovada a única lei geral sobre índios do século XIX, o Regulamento das Missões, que aglutinou diretrizes básicas de catequese e civilização dos índios.

O Regimento dispôs sobre a formação e o funcionamento de uma Diretoria Geral dos Índios responsável pelo aldeamento, aforamento de terras e outros procedimentos particulares e localizados, tomados em relação aos indígenas. Em cada Província deveria haver um Diretor Geral dos Índios nomeado pelo Imperador. Ele decidiria, entre outras coisas, o destino das terras indígenas “abandonadas” ou desocupadas por eles, da transferência espacial de populações indígenas inteiras, dos modos e dos critérios de demarcação das terras indígenas, da sua cultura e do seu arrendamento a colonos. (PINHEIRO, 1992, p. 40)

Com a Lei de Terras surge a possibilidade de as terras indígenas serem consideradas devolutas, o que, em conjunto com melhorias no transporte, tornou o café, mais importante cultura do Vale do Paraíba, o principal produto de exportação de São Paulo, em meados do século XIX. A aprovação do Decreto nº 1.318, de 1854, associada à necessidade criada pelo cultivo do café facilitou a regularização das posses de direito e daquelas criadas pelos “grileiros”. Para Love (1982), a Araraquense, a Alta Paulista e a Alta Sorocabana foram as três últimas áreas a serem ocupadas e acabaram tendo que enfrentar os mesmos problemas de violência e títulos instáveis de propriedade já vividos pelas regiões mais antigas. A grilagem precedeu a chegada da ferrovia, e a falta de escrituras definitivas custou ao governo a perda de preciosa renda. Trazendo consigo o império da lei, representado pelos juízes e pela polícia estadual, a estrada de ferro tendeu a reduzir, mas dificilmente eliminar, o caos legal imperante.

O período que precedeu a chegada da ferrovia foi também o momento em que muitos mineiros atravessaram a fronteira, devido ao declínio da economia mineradora. É importante ressaltar que o contato entre mineiros e paulistas já se dava há muitos anos, principalmente por meio da aquisição de muarens na feira de Sorocaba, à época muito importantes para o transporte de minério e de outros produtos agrícolas. Foi nesses caminhos que os mineiros teriam ouvido falar das “inóspitas, mas ricas terras do Vale do Paranapanema” (PENÇO, 1980, p. 28). Coube a um deles, José Theodoro de Souza, se tornar o “lendário desbravador”, possessor de uma vasta extensão de terras no oeste paulista e responsável por inúmeras lutas com os indígenas e pela fundação de um povoado, São José dos Campos Novos (posteriormente Campos Novos Paulista), que durante muito tempo funcionou como “boca de sertão”.

Segundo bibliografia e documentação sobre esse assunto, as posses de José Theodoro iam desde o rio Turvo e Ribeirão das Antas até o rio Paraná, abrangendo atualmente inúmeros municípios do oeste paulista (PENÇO, 1980). Segundo Penço, a grande proporção dessa gleba se deve a uma brecha que ele encontrou na Lei de Terras de 1850. De acordo com Lima, essa lei teria sido criada para tornar mais cara e difícil a aquisição de terras. Com a abolição do tráfico de escravos em 1850 e a pretensão de que a mão de obra imigrante substituísse o escravo, como seria possível evitar que este tivesse acesso à propriedade? A proposta encaminhada pela Secção do Império, em 1842, esclarece essa questão:

[...] Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se consequentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietários. (LIMA, 1978, p. 49)

Após intensos debates no parlamento, a Lei de Terras é aprovada, substituindo o Estatuto das Sesmarias, segundo o qual a terra era outorgada pelo governo português, extinto em 1822. Até então, toda a terra que não tivesse sido doada em sesmaria era, teoricamente, de domínio público, devoluta. Nesse intervalo, predominou o regime de posses que permitia um acesso quase indiscriminado às terras disponíveis.

Uma característica importante da frente de expansão em todo o país, segundo José de Souza Martins, é que, quando ricos e pobres se deslocavam juntos, eles baseavam esse movimento nos direitos assegurados pelo regime sesmarial. Apesar de ter cessado com a implementação da Lei de Terras de 1850, a sesmaria continuou norteando as concepções de direito à terra. Além disso, “a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era própria desse regime fundiário” (MARTINS, 2004, p. 43). Por outro lado, esse estatuto separava o *domínio* (que era da Coroa) da *posse* (que era do sesmeiro). Quando o último deixasse de cultivar a terra, esta se tornava devoluta ou realenga, porque pertencia ao rei, podendo ser redistribuída por este e ocupada por outra pessoa. Dessa forma, o trabalho gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada. Seria apenas com a Lei de Terras de 1850 que os direitos de propriedade, posse e domínio se juntariam num único direito.

A lei de 18 de setembro de 1850 divide a terra em particular e devoluta, ficando proibido “a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, e, ao regulamentar a venda, estabelece um preço “mui elevado, comparativamente ao das terras particulares” (LIMA, 1978, p. 50).

Dessa forma, a maior parte das terras a oeste do estado de São Paulo foi considerada no período como devolutas, ou seja, disponíveis para serem negociadas. Ignorando em grande parte os nativos que ocupavam esse território, a única ressalva dessa lei condiciona as providências que deveriam ser tomadas posteriormente para defesa desses territórios: “O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas” (LIMA, 1978, p. 52). Em conjunto com a lei que permitia registrar títulos de posse dentro de um prazo de quatro anos, desde que o cultivo do solo tivesse se iniciado e se pudesse de alguma forma justificar o direito de primeiro ocupante – ou seja, desde que se demonstrasse que havia terras cultivadas ou um início de cultivo e que o “ocupante ou quem o representasse nessas terras [as] habitasse permanentemente” – (MONBEIG, 1984, p. 144), o fato de essas terras terem sido consideradas devolutas promoveu, de um lado, o confronto entre os nativos e os primeiros “desbravadores” na região do Vale do Paranapanema, e, de outro, a legitimação de enormes glebas por parte de um pequeno número de posseiros, como foi o caso de José Theodoro de Souza e seus parentes.

Nessa época, as terras para além de Botucatu somente apareciam registradas nas cartas geográficas como “sertão desconhecido” ou “território habitado por índios” (MONBEIG, 1984). José Theodoro teria saído de Pouso Alegre, passado por Mogi Mirim e chegado em Botucatu, de onde, atravessando o rio Pardo e os campos ao lado de Lençóis e São Domingos, chegou às margens do rio Turvo (COBRA, 1923; LIMA, 1978; PENÇO, 1980). A partir daí, o território era dominado essencialmente pelos nativos indígenas, “como por exemplo, os Caiuás e Oti-Xavantes no Vale do Paranapanema, e os Caingangues (Coroados) nos vale do Peixe, Batalha, Feio-Aguapeí e baixo Tietê” (LIMA, 1978, p. 71), pois o povoamento de “sertanejos” era descontínuo e escasso (LIMA, 1978; PINHEIRO, 1992, 1999). Para prosseguir a viagem além do rio Turvo, o mineiro teve que optar entre dois caminhos: continuar pelo campo afora, enfrentando os perigos de investidas indígenas e as dificuldades de penetrar mata adentro, ou descer até a barranca do rio Paranapanema e por este abaixo (figura 1).

Figura 1. A penetração e a posse dos mineiros no Vale do Paranapanema em Meados do século XIX.

Nota: As setas verdes (■) indicam que, partindo de Botucatu e chegando ao rio Turvo, o mineiro opta por prosseguir viagem pela mata. Já a seta azul (■) indica a segunda opção do mineiro, a de prosseguir viagem descendo as corredeiras do rio Turvo até chegar à barranca do Paranapanema. Entretanto, Theodoro não escolhe essa opção. Caso fosse essa sua escolha, passaria de fato pelas terras que originariam Ourinhos, que estão representadas no mapa. Por sua vez, as setas roxas (■) representam o percurso realizado por Francisco de Paula Moraes para obtenção das terras compreendidas nessa região; as setas pretas (■) mostram que, além das posses de Theodoro, havia as propriedades de João da Silva Oliveira (ARAÚJO, 2009).

Fonte: Penço (1980). Adaptado por Araújo (2009).¹

Após o registro das terras, José Theodoro voltou à sua Província natal, com o objetivo de atrair pessoas que se interessassem em colonizar a região, objetivando garantir sua posse e segurança.

Como não havia conseguido angariar um grande pessoal na primeira empreitada, tentou em sua própria família, atraindo para o sertão esposa, filhos, cunhados e genros. De acordo com a literatura, os três principais nomes de posseiros que vieram inicialmente, ou após sua ida à Pouso Alegre são: Francisco de Souza Ramos, irmão do mineiro que veio com ele para a primeira entrada no território; Francisco de Paula Moraes, genro do mineiro, casado com Maria Theodora

de Souza; e, por fim, João da Silva Oliveira, cunhado do mineiro. (COBRA, 1923, p. 25-26)

A divisão das posses de José Theodoro foi feita por “aguadas”, isto é, por porções de terra correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica (COBRA, 1923 apud ALMEIDA, 2021). Essa divisão utilizava o conhecimento dos cursos d’água como linhas limite, posto que, numa terra virgem, os cursos d’água funcionam bem como norteadores entre os elementos naturais e a densa vegetação. Além disso, era bastante relevante a presença de água em todas as propriedades (MONBEIG, 1984, p. 134).

Seguindo a tradição dos posseiros, José Theodoro doou um patrimônio à margem esquerda do rio Novo, fundando o povoado de São José do Rio Novo, que posteriormente se chamaria São José dos Campos Novos do Paranapanema – e, atualmente, Campos Novos Paulista. A fundação deste

1 ARAÚJO, D.F. Possesiros, engenheiros e pioneiros: a ocupação da terra no Município de Ourinhos, 2009. Monografia de Conclusão do Bacharelado em Geografia, UNESP. Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha)

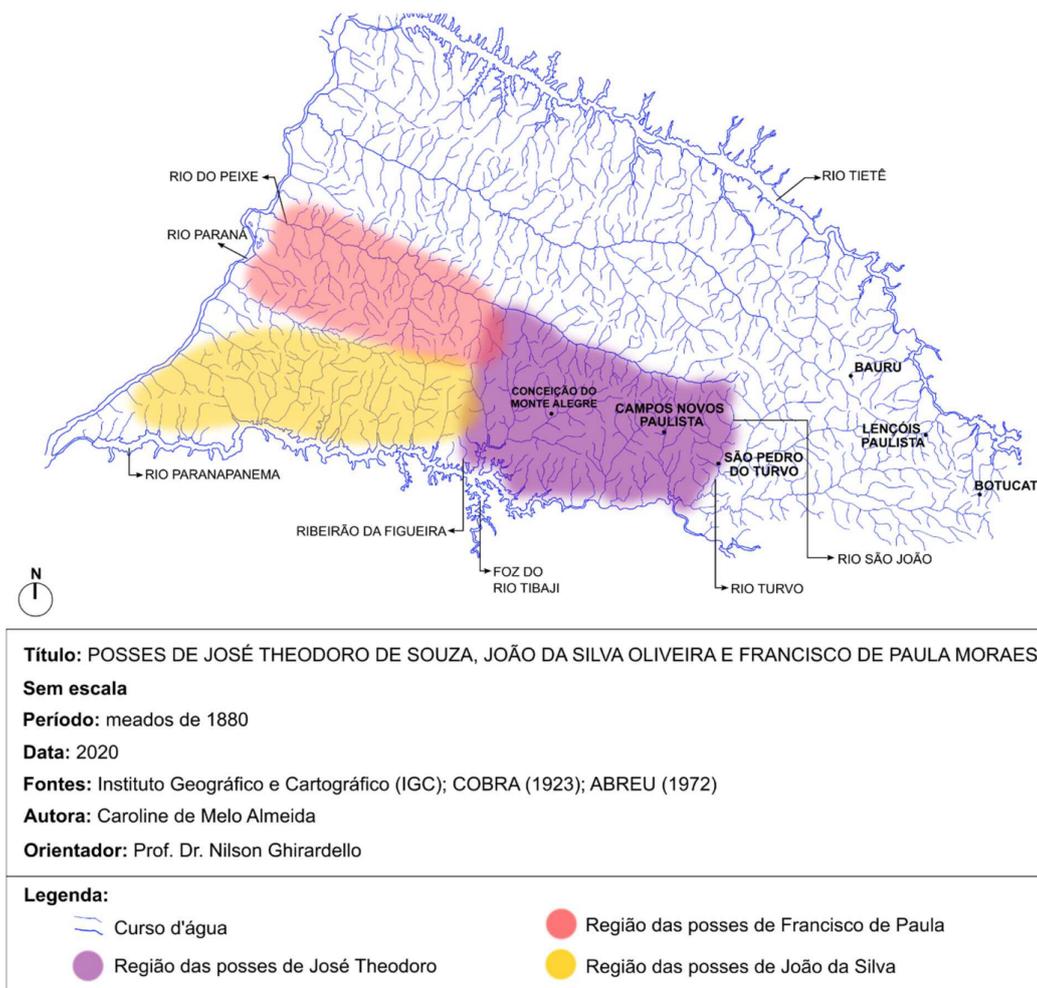
patrimônio teve o intuito de atrair pessoas e, também, o caráter religioso de proteção divina na empreitada [...]. Além disso, a tradição de doar terras à Igreja se devia à necessidade de legitimação das posses. Como o registro das terras, até meados de 1870, era feito nos Cartórios Paroquiais, a doação à Igreja servia como forma de validar a propriedade, legalizando toda a gleba, visto que a doação seria inscrita no cartório. (ALMEIDA, 2021, p. 52)

A partir das primeiras vendas de terras e com a chegada de mais pessoas à grande região, intensificaram-se os embates com os indígenas, dando início ao seu extermínio naquela porção da província. Os que escapavam eram obrigados a fugir para cada vez mais longe (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 45; COBRA, 1923, p. 52). Assim sendo, José Theodoro e seus companheiros foram fundando

patrimônios para ocupar e ter suporte para a exploração da região, como exposto no mapa 1².

Outra questão importante para a confirmação das diferentes temporalidades históricas expostas por Martins (1996) é ratificada pelo fato de José Theodoro de Souza se associar, em Botucatu, com um capitão da Guarda Nacional, o senhor Tito Correia de Melo, ituano, filiado ao partido liberal e personagem de “grande prestígio político tanto na província quanto no país” (COBRA, 1943, p. 9). Ao encontrá-lo, ele explica seus objetivos: forjar uma documentação que o legitimasse como proprietário de uma imensa gleba de terras (de Campos Novos do Paranapanema, povoado fundado por ele, até a região atual de Presidente Prudente). Sua explanação ganhou a simpatia e o apoio do capitão, segundo Cobra (1943).

Mapa 1. Posses de José Theodoro de Souza, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes.



Fonte: Almeida (2021).

2 Ver outros mapas e descrições de toda essa ocupação do Oeste Paulista em Almeida (2021).

O apoio desse chefe político local foi imprescindível para a legalização dessas glebas de terra, e constituía um elemento-chave para que o desbravador mineiro pudesse se apropriar de terras devolutas, uma vez que a obtenção destas não foi realizada de acordo com as diretrizes da Lei de Terras, pois o capitão, além de conhecer todos os trâmites necessários à operação, era uma autoridade respeitada e conhecia pessoas que poderiam auxiliá-lo nessa operação. Como a Lei de Terras deixava margens para arbítrios, pois o posseiro podia declarar suas posses sem que necessitasse de comprovação, Theodoro declarou ao vigário de Botucatu que eram de sua propriedade terras que iam além dos marcos percorridos pela sua expedição. Para a afirmação de tal declaração, Theodoro contou com o respaldo do já mencionado capitão da Guarda Nacional.

Seu percurso real, segundo Cobra, se estendia até o rio Novo, onde ele teria fundado posteriormente Campos Novos do Paranapanema. No entanto, sua declaração prosseguia e alargava propriedades até um pouco além da barra do rio Tibagi, ou seja, para além de Conceição de Monte Alegre, vila fundada por ele quando retornou para reconhecer as terras que havia registrado sem ao menos tê-las percorrido. Deste modo, declarou-se dono de uma extensa gleba de terras na região que, na realidade, pertencia aos territórios de diversas tribos indígenas.

Porém, para que a propriedade de Theodoro fosse considerada legítima pelo Estado, era necessário que as terras tivessem sido adquiridas por posse mansa e pacífica num período anterior a 1850. Além disso, era imperioso que ao menos tivesse sido iniciado algum tipo de cultura. Como pudemos constatar com a análise minuciosa de todo o processo de obtenção dessas terras, elas foram “conquistadas” por Theodoro em data posterior, sendo, portanto, ilegítima a posse. No entanto, um dos fatores que possibilitou a Theodoro se apropriar dessas terras foi justamente a grande disponibilidade de terras devolutas que passaram a ser “oferecidas” a partir da Lei de Terras.

Theodoro contou com o apoio e auxílio do capitão da Guarda Nacional, esse importante representante da elite imperial daquele período, “homem inteligente e entendido de lei” que, segundo Cobra (1943, p. 16), orientou-o para que registrasse suas posses de forma que não estivessem em desacordo com a lei. Para isso, se aproveitou do prazo de tolerância do artigo 91, que possibilitava aos detentores de terras registrarem suas propriedades num prazo de até dois anos após a implantação da lei. Esse prazo acabou sendo prorrogado, se estendeu até 1856 e, segundo Emília Viotti da Costa (1999), possibilitou que as posses resultantes de ocupação aumentassem de

forma incontrolável e posseiros acumulassem grandes extensões de terra, cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais como rios, quedas d’água e encostas, conforme podemos averiguar no texto do registro de terras de José Theodoro de Souza. Apesar de não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. As condições de legitimação de posse contidas no artigo, somadas à falta de fiscalização para o cumprimento das exigências, possibilitaram que várias irregularidades fossem cometidas, como veremos, especificamente no caso das posses adquiridas irregularmente por José Theodoro de Souza durante o processo conhecido como *marcha para oeste*. Com a posse dessas terras, iniciou-se o processo que posteriormente se desenrolaria para apropriação da terra de toda essa região. Em virtude disso, inicia-se um contínuo processo de grilagem, constituindo a raiz histórica dos problemas relacionados aos conflitos pela posse de terra típicos da região e que caracterizam a estrutura agrária brasileira.

Como averiguamos, nessa época o registro da propriedade também deveria ser feito na paróquia, e não havia ainda interesse ou as condições necessárias para verificar a veracidade das declarações. Apesar do rigor aparente da lei, prevalecia ainda a tradição da palavra pautada no poder, pois bastava apenas que o posseiro declarasse ser dono de tal propriedade e tivesse o apoio e o aval de um representante da política local para que o vigário legitimasse a posse. Deste modo, José Theodoro de Souza declara ao vigário Modesto Marques Teixeira, em 31 de maio de 1856, que:

Sou senhor de umas terras de cultura no lugar denominado Rio Turvo, descrito desta Villa de Botucatu, e suas divisas são as seguintes: “Principiando esta divisa no barranco do rio Turvo, barra do Correguinho da Porteira, dividindo com os herdeiros e meeira de José Alves de Lima, e cercando as vertentes com quem de direito até encontrar terras de José de Cunha de tal até atravessar o rio Pardo, por outro lado até o espigão que divide as vertentes do rio Paranapanema, pelo espigão fôra com quem de direito fôr até cair no mesmo barranco do Paranapanema, por este abaixo até frontear a barra do Tibagy, e daqui cercando as vertentes desta agua que se acha dentro deste circulo até encontrar com as terras de Francisco de Souza Ramos, daqui descendo, até o barranco do São João, por elle abaixo até sua barra no Turvo, por este acima até encontrar a barra do “Correguinho da Porteira” donde foi principiada e finda esta divisa. Cujas terras assim divisadas e confrontadas as possúo por posses mansas e pacíficas que fiz no anno de 1847 e nellas tenho

morada habitual até o presente. (Registro Paroquial n° 516 fls. 168, 1856 *apud* COBRA, 1943, p. 24)

Neste documento apresentado na paróquia de Botucatu, Theodoro declarava que suas posses eram legítimas, já que afirmava ao vigário que havia adquirido as terras três anos antes da instauração da Lei de Terras, ou seja, em 1847, e as estava registrando em 1856, respeitando, portanto, o prazo de tolerância para regulamentação delas.

Como podemos perceber, suas posses vão além das terras percorridas durante a expedição, atribuindo ao mineiro o título de maior possuidor de terras da região, cuja gleba adquirida media cerca de 60 quilômetros de frente por 150 quilômetros de fundo.

Tal reconhecimento ignorou por completo que essas terras pertenciam aos indígenas. Tais negligências tiveram como consequência um conflito incessante pela posse da terra na região, no qual seus verdadeiros donos, os indígenas, passaram a ser vistos como intrusos, sendo constantemente ameaçados pelos interesses da sociedade expansionista cujo projeto de ocupação não incluía uma coexistência pacífica entre os primeiros habitantes e os novos colonizadores.

Há alguns pontos interessantes no documento, como a citação a outros proprietários de terra cujas propriedades seriam limítrofes à do mineiro (José de Cunha de tal e José Alves de Lima). Assim, apesar de o mineiro ter sido considerado o primeiro dono legal de tão vasto terreno, parece que, segundo seu depoimento, havia outros proprietários de pequenas áreas na região além dos já mencionados pelos estudos de Monbeig (1984) e Penço (1980) (João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes). Outra questão importante é que o desconhecimento dessa região pelas autoridades facilitava esse tipo de fraude e contribuía para acentuar as irregularidades e conflitos referentes à posse da terra, típicos da região do oeste paulista, uma vez que não haviam sido ainda realizadas expedições científicas para reconhecimento do território, como a de 1886, chefiada pelo geólogo Orville Derby, da qual participou o engenheiro Theodoro Sampaio (1889). Esses conflitos vão se acentuar nos anos e décadas seguintes, estimulados pela necessidade da cultura do café, de terras férteis disponíveis e da expansão dos trilhos para viabilizar o escoamento da produção de regiões mais distantes da capital, como era o caso do oeste paulista.

Conforme os indígenas vão sendo empurrados para o interior do país, exterminados ou aldeados, estradas vão

sendo abertas para possibilitar a comunicação entre os esparsos povoados que existiam entre a Vila de Botucatu e Campos Novos do Paranapanema. Esse processo dá início a uma valorização crescente das propriedades no Vale do Paranapanema e gera a necessidade de estudos mais detalhados sobre o reconhecimento do território. Em 1886 ocorre a primeira expedição com tal finalidade, promovida pela Comissão Geológica da Província de São Paulo e chefiada por Derby.

Como consequência dessa expedição, o engenheiro Theodoro Sampaio³ realizou relevantes estudos sobre as características geográficas e econômicas da região do vale do Paranapanema, além de produzir um importante documento cartográfico. Tais ações de reconhecimento da região contribuíram para a nova ocupação da região, promovida sobre os pressupostos da frente pioneira.

Essa contribuição pode ser evidenciada na fala de Derby (1889), chefe da primeira expedição de reconhecimento das terras desconhecidas do Vale do Paranapanema, durante uma correspondência direcionada ao presidente da Província de São Paulo, senhor dr. Pedro Vicente de Azevedo:

Ao terminar em fins de 1886 os trabalhos de exploração do Paranapanema, teve ocasião de apresentar a V.S um rápido notícia sobre os caracteres gerais da rio e das terras e ocupação daquele Valle, fazendo assim antecipada contribuição para o melhor conhecimento de uma região que então como agora despertava geral interesse. (DERBY, 1889 *apud* SAMPAIO, 1889)

Ou seja, em um primeiro momento, foram os mineiros que ocuparam a região, vivendo precariamente e isolados dos principais centros, formando pequenos povoados, expulsando os povos indígenas, abrindo roças e praticando uma economia de subsistência durante a frente de expansão. Em um segundo momento, à medida que essas propriedades passaram a ser valorizadas, tornou-se necessário a produção de estudos de reconhecimento dos potenciais desse território para que essas terras pudessem ser exploradas economicamente. Como sabemos, tais terras passariam a ser um dos elementos indispensáveis para a expansão da cultura cafeeira na região e atenderiam aos interesses dos grandes fazendeiros paulistas.

Como pudemos constatar nos estudos de Penço (1980), Cobra (1943) e Monbeig (1984), a região do vale do

3 Para maiores informações sobre esse importante engenheiro, ver Costa (2001).

Paranapanema era uma área que por muitos anos continuou sendo desconhecida, pois a presença de tribos “selvagens” inibiu que os primeiros posseiros pudessem conhecer de imediato a região. Porém, mesmo se o fizessem, tal como fez Theodoro⁴ durante suas expedições, faltaria rigor técnico, como o que foi produzido pela Comissão Geológica da Província de São Paulo, que somente foi possível quando a elite cafeeira passou a demonstrar interesse em explorar essa região. Em virtude disso, o engenheiro Theodoro Sampaio mapeou com precisão toda a região do vale do Paranapanema e descreveu com precisão técnica o ambiente percorrido durante a expedição⁵.

Apesar de essas incursões pela região terem se realizado por esses “pioneiros” em meados do século XIX com ataques à população indígena, a ocupação efetiva por esses grupos nessas terras que dariam origem a Ourinhos ocorreu em um segundo momento, estando intimamente relacionada à valorização das terras no contexto de expansão do café e da ferrovia durante a frente pioneira, já no início do século XX.

Nesse contexto, percebemos o quão importante é para esta pesquisa entender o processo de obtenção de terras devolutas realizado por Theodoro durante a frente de expansão, para que, assim, possamos compreender como as terras que dariam origem a Ourinhos passariam das mãos de José Theodoro para as de D. Escolástica, além de como, no início do século, estas acabariam sendo vendidas para Jacintho Ferreira e Sá.

Tal análise, em conjunto com outras questões relacionadas às formas de apropriação desse espaço – resultantes da expansão dos trilhos da Sorocabana e da cultura cafeeira –, nos permitirá entender o processo histórico de formação do município. Para melhor compreendermos esse processo e como se deu o desmembramento das terras adquiridas por Theodoro durante a “marcha para o oeste”, é importante a leitura de trabalhos como os de Araújo (2009), Araújo e Cunha (2011), Penço (1980),

Almeida (2021), Romero e Moraes (2004), Correa (1988), dentre outros citados ao longo do artigo.

Segundo Love (1982), a ferrovia, junto com a cultura do café, propiciou uma busca incessante por terras férteis e fez com que a fronteira pioneira avançasse para o oeste e incorporasse novos espaços que gestariam uma reserva segura para o café. Em virtude disso, muitas famílias de fazendeiros compravam terras ainda não cultivadas com o intuito de utilizá-las em operações futuras. Muitas vezes essas famílias estavam bem longe de suas propriedades originais.

A história de Ourinhos está intimamente relacionada ao processo de valorização das terras do oeste paulista propiciado pela expansão da cultura do café e da ferrovia. As terras que dariam origem ao município pertenciam ao território de Salto Grande – conhecidas como Fazenda das Furnas quando ainda estavam desocupadas e cobertas pela vegetação nativa – e foram adquiridas no início do século XX pela família de D. Escolástica Melchert da Fonseca, uma rica fazendeira que pertencia à elite paulista.

Em fevereiro de 1910, D. Escolástica vende suas terras para o mineiro Jacintho F. de Sá, que foram valorizadas com a chegada de ferrovia e do café durante a frente pioneira. Segundo Rios (1991), tal venda ocorreu porque D. Escolástica perdeu o marido e a filha e não tinha condições de administrar terras tão distantes da capital. Tal venda reflete também o início de um movimento no país que aumentaria gradativamente com o passar dos anos: a ascensão social de grupos vinculados a uma pequena burguesia, que enriqueceria muitas vezes por meios ilícitos, negociatas ou amizades “influentes”.

O levantamento documental realizado por Araújo (2009) no cartório de Registro de Imóveis de Ourinhos nos possibilitou analisar a forma como Jacintho F. de Sá foi acumulando uma grande extensão de terras na região, transformando-se em um dos maiores proprietários da vila de Ourinhos. Quando esta foi elevada à categoria de município, Jacintho já havia iniciado o processo de loteamento de suas terras situadas em pontos estratégicos da cidade, conforme foi verificado na pesquisa dos documentos cartoriais da cidade.

Ocorreriam várias transformações nessa paisagem com a chegada da ferrovia, em especial o desenvolvimento dessa pequena vila chamada de Ourinho, que, em 1918, ganharia autonomia política e administrativa, sendo elevada à categoria de município. A ferrovia também trouxe consigo mudanças importantes para o oeste paulista, uma vez que viabilizou a exploração de áreas novas e de solos férteis, que antes eram impossíveis de explorar devido à falta de conexão do oeste paulista com as outras regiões

4 Como vimos nos estudos de Cogra, à medida que os indígenas iam sendo expulsos, Theodoro pôde conhecer melhor as peculiaridades geográficas de suas posses, de forma que foi possível descrevê-las detalhadamente nas escrituras.

5 Nos documentos presentes nos arquivos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) encontramos vários relatórios apresentados a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, nos quais Theodoro Sampaio e Derby fazem algumas considerações sobre os resultados obtidos por meio da expedição de reconhecimento do território do vale do Paranapanema.

do país. Assim, a região pôde concorrer vantajosamente com outras do estado de São Paulo, como Campinas ou o Vale do Paraíba, barateando os custos com transportes. Conseqüentemente, “a abertura de enormes fazendas com seus cafezais novos selou a sorte dos cafezais antigos, cuja produtividade física era apenas cerca de 50 a 80%, com relação aos cafezais novos” (RIOS, 1991, p. 21).

Tal avanço em direção ao oeste paulista, propiciado pela expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, contribuiu não apenas para a formação de Ourinhos, mas também para a de outros municípios na região, tais como Salto Grande (1911), Ipaussu (1915), Platina (1915), Assis (1917), Palmital (1919), Chavantes (1922), Bernardino de Campos (1923), Cândido Mota (1923), Maracá (1924), Paraguaçu (1924) e Quatá (1925).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OURINHOS, SUA HISTÓRIA, MINHA HISTÓRIA

“Ourinho”, posteriormente Ourinhos, nasce a partir de uma estação ferroviária, o que denota, em sua gênese, certa vocação e identidade da cidade.

Figura 2. A chegada do trem em Ourinhos (1908).



Fonte: Acervo do MHPO/Cedem – Unesp.

É o que podemos averiguar em várias reportagens do jornal *A Voz do Povo*, que sempre busca exaltar o crescimento populacional e econômico da cidade como forma de atrair novos cidadãos e empreendimentos para o local.

Os velhos casarões de tábuas estão sendo demolidos para darem lugar aos grandes e modernos armazéns, aos bonitos “bangalows” e residências chics. O espírito do povo ourinhense é o mesmo do super-homem bandeirante, orgulho

de São Paulo, realizador por excelência, acostumado aos empreendimentos de vulto, é o homem do dinamismo cíclico, que não se afasta até mesmo diante do impossível [...] todos os bons ourinhenses devem reconhecer os benefícios que advirão para nós com as demolições dos prédios velhos que vinham de há muito atestando a falta de higiene e estética nesta cidade. [...] Ourinhos precisa se embelezar. Mãos à obra! (MARQUES, 1931)

Essa necessidade de colocar abaixo casarões e construções mais antigas e de extirpar também parte de seu patrimônio cultural natural – os jaracatiás, por exemplo, árvore símbolo do município – para dar lugar a edificações de feições mais modernas se manteve ao longo das décadas. Exemplo disso é a demolição da primeira igreja de Ourinhos e a construção, em seu lugar, do prédio da Telecomunicações de São Paulo (Telesp), o que nos alerta para algumas questões. A primeira, o grande crescimento da população e dos fiéis, que traz consigo a necessidade de uma igreja matriz de maior porte; a segunda, a preocupação com a instauração de empresas voltadas para a comunicação, o progresso e o desenvolvimento urbano no entorno da principal praça da cidade.

As fotografias nos dizem muitas coisas, sugerem outras, suscitam perguntas e estimulam nossas memórias ou imaginação. Qual o alcance e o limite delas enquanto documento histórico? Onde elas se encontram? Quais foram preservadas? Por quê? Como identificá-las e situá-las no tempo? Quem foram seus autores?

Independentemente das respostas, elas evocam os mais diversos sentimentos. Nas fotografias em branco e preto não é possível, por exemplo, ver a “cidade vermelha” dos anos de 1920 a 1940 descrita pelos imigrantes japoneses no livro de Moraes e Saraiva (2004), ou nas crônicas do saudoso professor Norival Vieira da Silva (2009). Essas crônicas contam narrativas que chamam a atenção para o sentimento dos que aqui chegavam por conta da cor da terra e da falta de pavimentação da maioria das ruas: “Tudo era vermelho! As casas, as ruas, as pessoas!” (MORAES; SARAIVA, 2004, p. 110).

No entanto, independentemente da cor, é possível vislumbrar nas antigas fotografias uma cidade com poucas casas, a maioria de madeira, e com um comércio ainda restrito: o depósito de bebidas Ferrari, a indústria de carroças Migliari, a serraria de Júlio Mori, a sapataria Matachana, as Casas Pernambucanas, a Ford, o primeiro cinema, a primeira escola... Anos depois, com seu crescimento, podemos vislumbrar o Teatro Municipal, o aeroporto, o primeiro ginásio, a primeira

Feira Agropecuária e Industrial (Fapi) etc. Contudo, algumas questões, ou talvez respostas, vêm à memória dos que viveram ou ouviram narrativas sobre a cidade por meio das lembranças: quem seriam as pessoas em frente a essas construções quando o fotógrafo registrou esses momentos? Quem costurou suas roupas? Vendeu comida, sapatos ou as empregou? Como essas pessoas construíram suas vidas em Ourinhos? Quem participou da banda ou das comemorações dos principais eventos ou festas? O que sentiram e amaram? Quais foram suas histórias? Tanta coisa ainda para investigar, investir, entender... tantas histórias para ouvir e narrar...

Quando cheguei aqui, como historiadora, comecei a pesquisar com o objetivo de compreender um pouco mais a história de Ourinhos. Mas, claro, a primeira coisa que soube dizia respeito a minha própria história: um dos responsáveis pela implementação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) na cidade, assim como de todos os campi dessa instituição no estado de São Paulo inaugurados em 2003, teria sido um ourinhense, Claury Santos Alves da Silva. No ano seguinte, por acreditar que a universidade deveria contribuir para uma cidade mais sustentável, e contando com o apoio do prefeito e de parte de sua equipe, em especial Eliane Maróstica, o diretor da Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos (SAE), Luis Marcello de Almeida Pereira, e sua auxiliar, Viviane Silvestre Cortez, além do auxílio de mais dois professores e alunos da Unesp, conseguimos organizar e lançar a coleta seletiva de resíduos sólidos junto com os cooperados do Recicla Ourinhos, que ainda não tinha esse nome, nem o logo multicolorido que criei. Naquele ano também conheci o museu de Ourinhos e Isaías Camargo, seu dedicado funcionário. E como não falar do professor Norival Vieira e sua preciosa coleção de documentos históricos, suas crônicas, suas memórias e sua generosidade?

Tantas histórias para contar, tantas pessoas para falar. Tanto a dizer sobre a revitalização do Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos (MHPO), a luta por um outro curso, organização de eventos, participação na Fapi, histórias sobre a revolução de 1932 e sobre as famílias e pessoas que conheci aqui; sobre os índios e os rios, sobre as usinas, músicas e festivais de cultura, sobre bares e figuras políticas ou comuns, mas que fazem toda a diferença na história dos esportes, da cultura, da educação e do desenvolvimento dessa cidade. E, claro, da minha filha, que nasceu aqui. Quero encerrar este texto, no qual comecei falando sobre progresso, sobre

a ocupação urbana de Ourinhos e depois sobre fotografias e cores – do preto e branco, da vermelhidão da cidade –, com parte de uma crônica do professor Norival Vieira da Silva (2009), grande memorialista da cidade que preservou muitos dos documentos sobre a história de Ourinhos, crônica na qual faz uma homenagem ao neto Gustavo (aproveito aqui para homenagear a minha, Sophia, que também ama azul).

Seus sonhos são povoados de seres azuis... Ele não sabe, mas tem a aura do menino do espaço [Yuri Gagarin]... “Que lindo, a Terra é azul!”... Os físicos disseram que as cores não existem, há o branco que se decompõe aos raios da luz. (SILVA, 2009, p. 261)

Para o menino que gosta do azul é uma pena que os adultos inventaram outras cores, que vão macular seu mundo. São cores sem cor [...]. (SILVA, 2009, p. 262)

O azul da cor dos olhos do professor Norival, esta pessoa tão querida e tão importante para a preservação da história de Ourinhos, que amava tanto essa cidade, jaz esquecido. Este texto é também uma homenagem singela a ele e às suas histórias e memórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.

AIMONE, T. **Jacarezinho, seus pioneiros, desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra**. [S. l.]: Gráfica Universitária, 1975.

ALMEIDA, C. M. **Martinópolis**: o povoado como estratégia para o loteamento rural na Alta Sorocabana Paulista. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

ARAÚJO, D. F. **Posseiros, engenheiros e pioneiros: a ocupação da terra no município de Ourinhos**. 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Ourinhos, 2009.

ARAÚJO, D. F.; CUNHA, F. L. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos – SP. **Geografia**

- e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3y3jUit>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).
- COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Tip. Henny, 1943.
- CORREA, A. M. M. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920-1930)**. 1988. Tese (Livro-Docência em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, L. A. M. **O ideário urbano paulista na virada do século**: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CUNHA, F. L. Trilhando Fronteiras: uma análise sociocultural e urbanística de Ourinhos (1920-1950). *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: O LUGAR DA HISTÓRIA*, 17., 2004, Campinas. **Anais** [...]. São Paulo: Anpuh, 2004.
- CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: Fapesp, 1992.
- D'AMBRÓSIO, O. (org.). **Ourinhos**: um século de história. São Paulo: Noovha América, 2004. (Série Conto, Canto e Encanto com a Minha História).
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano das ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Sociedade e Cultura, 1989.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEITE, M. **Paulistas e mineiros**: plantadores de cidade. São Paulo: Edart, 1991.
- LIMA, J. F. T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.
- LOVE, J. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- MARQUES, V. A higiene em Ourinhos. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 6 dez. 1931.
- MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J. S. Sociologia da frente pioneira. **Revista Mexicana de Sociologia**, Cidade do México, v. 35, n. 4, p. 767-768, 1973.
- MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.

- MASSEI, R. C. **As inovações tecnológicas e o ocaso dos oleiros**: a mecanização das olarias em Ourinhos – 1950-1990. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- MAZZOCO, M. I. D. **De Santos a Jundiá**: nos trilhos do café com a São Paulo Railway. São Paulo: Magma Cultural, 2005.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PENÇO, C. C. F. **A “Evaporação das Terras Devolutas” no vale do Paranapanema**. 1980. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.
- PEREIRA, R. O. T. Súmula história. Jacarezinho: [s. n.], [19--?].
- PERTH, A. Na senda do progresso. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 4 mar. 1934.
- PINHEIRO, N. S. **Etnohistória Kaingang e seu contexto**: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1992.
- PINHEIRO, N. S. **Vanuíre**: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967. 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1999.
- RIOS, J. D. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 1991.
- SAMPAIO, T. F. **Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SARAIVA, F. R.; MORAES, R. R. **Um espaço para lembrar de Ourinhos**. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 2004.
- SILVA, Norival Vieira da. Ourinhos em Crônicas. Ourinhos, 2009.